

Bruxelas, 17 de fevereiro de 2020
(OR. en)

5981/1/20
REV 1

COPEN 43
EUROJUST 25
EJN 22

NOTA DE ENVIO

de:	Argyro Eleftheriadou, diretora, ministério da Justiça, Grécia
data de receção:	17 de fevereiro de 2020
para:	Christine Roger, Direção-Geral da Justiça e Assuntos Internos, Conselho da União Europeia

Assunto:	Aplicação da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas
	– Notificação por parte da Grécia

Exma. Senhora Diretora-Geral,

Junto se enviam as notificações por parte da Grécia nos termos da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas ("medidas de vigilância")

(Fórmula de cortesia)

Notificação nos termos do artigo 3.º, n.º 1:

Quando a Grécia é o Estado de emissão, a autoridade competente é o tribunal que emitiu a decisão.

Quando a Grécia é o Estado de execução, a autoridade competente é o procurador público de primeira instância do local de residência habitual da pessoa.

Notificação nos termos do artigo 4.º, n.º 2:

Nenhuma medida suplementar ("nenhuma").

Notificação nos termos do artigo 25.º:

Encontra-se em anexo uma cópia da nossa legislação de execução, que entrou em vigor em 15 de novembro de 2014.¹

¹ Nota do Secretariado-Geral: texto não é reproduzido.